

O SR. ANDRÉ CECILIANO - No dia de hoje, pela manhã, com a presença do Secretário de Fazenda, nós falávamos das possíveis perdas para 2023. E ele colocava que só esse ano o Estado devia perder entre 4,8 bi e cinco bi, só nesse período de 1º de julho a 31 de dezembro. Eu disse: então, eu estou certo quando eu digo que vai passar de dez bilhões, porque o petróleo estava 120 dólares, estava os de 80 dólares; então, o preço do combustível estava caindo nas refinarias, nós vamos ter uma perda muito, muito superior a dez milhões de reais, eu não tenho dúvida, nos próximos 12 meses. Porque se tem aí na LO menos cinco, na verdade, no mínimo, menos dez. Porque V. Exa. também sabe da TUST e TUSD, que é em relação à energia. Mas, é verdade, segundo o estudo da Fazenda, essa inclusão do Município do Rio, primeiro estudo que eu ouvi, na ordem de 244 milhões de reais. Mas, 250 milhões, os municípios estão perdendo 244 milhões no ano. Então perdendo só no mês de outubro e de novembro 250 milhões por mês. E a gente não viu ninguém aqui defender os municípios, infelizmente. E a gente tem feito uma fala de preocupação para o próximo ano. Eu não tenho dúvida: de tudo o que a gente tem ouvido, redução do ICMS, Deputado Luiz, é isenção do Imposto de Renda, a possível renovação dos benefícios sobre os combustíveis, que o Presidente atual da República poderá fazê-lo até 31 de dezembro, da ordem de 38 bi; IPI em relação aos combustíveis.

Então, a gente precisa ter tranquilidade e discutir os números porque daqui a 12 meses o Estado poderá vir passar o que passou em 2016 e 17. Tomara Deus que não.

O SR. LUIZ PAULO - Mas, Deputado Chico Machado, eu queria que V. Exa. prestasse atenção porque é importante. Eu comecei agora, Deputado Chico Machado. Elogiar a Comissão de Orçamento, Presidente, seus membros e sua assessoria, porque ficamos, até o projeto vir à pauta, e colaborei, tentando inventar recursos possíveis para crescer esse ICMS. Foram feitas novas simulações com os novos parâmetros de preço de barril, de dólar, de PIB e de inflação. Mas também consideramos, Deputado Chico Machado, aquele projeto de lei do ICMS, da Lei Complementar 194, as possíveis decisões do Supremo.

Queria pedir a V. Exa. que os seus assessores mais queridos acompanhassem amanhã, o Supremo vai estar 24 horas decidindo - 24 horas, o Ministro Gilmar Mendes - do acordo feito com o Secretário de Fazenda o que ele vai botar como decisão do Supremo. E, aí, neste acordo, tem, um, retirada da gasolina como bem essencial; dois, energia e telecomunicações, cumprir o que decidiu já o Ministro Barroso num termo de repercussão geral, que só entraria em vigor depois da revisão do PPA 2024. Mas, ainda é possível, o que é outro acordo, que as perdas que na lei complementar são perdas anuais, uma malandragem, porque se você perdeu do mês sete para cá, se você botar perda anual, você está anulando os seis primeiros meses. Que as perdas sejam calculadas mensalmente a partir de 1º de julho. E, quiçá, porque ele estaria remetendo a uma comissão para 120 dias, a energia voltasse a tributar, Deputado Chico Machado, a produção, a transmissão e a distribuição. E, mais ainda, desejamos os secretários de fazenda mudar a incidência da alíquota no diesel, Deputado Chico Machado, para que ela possa ser ad rem, e não mais ad valorem. Traduzo do latim para o português: ad rem quer dizer que a alíquota de 18% atual do ICMS e do diesel incida sobre o preço do diesel por litro e não em cima da venda geral, porque melhora o desempenho.

Então, é importante, Deputado Chico Machado, que observemos essas decisões de amanhã para que o nosso Presidente na terça-feira possa trazer esse PL à pauta com o acordo para tirar do buraco o Estado do Rio de Janeiro em 2024. Era isso o que eu queria discutir para chamar a atenção sobre essa questão.

E ao mesmo tempo eu fiz dois destaques, somente dois destaques: o primeiro que eu faço, Deputado Waldeck, todos os anos - e todos os anos eu perco -, que os remanejamentos sejam feitos por programa de trabalho e não 20% em cima do valor total do orçamento. Porque quando é sobre o valor total, transforma o orçamento numa peça de ficção e não um instrumento para ser cumprido.

Então, é o destaque tradicional. Um dia quiçá eu serei vencedor, mas continuarei a fazer a defesa para que o orçamento seja cumprido.

Então, isto, evidentemente, vale não só para o Poder Executivo, vale para todos os poderes, porque quando você explicita no orçamento os programas de trabalho pode erro na estimativa do valor a ser gasto. Aí, você pode errar 20% para cima ou 20% para baixo, mas irá cumprir todos os programas de trabalho. Como é hoje, se remaneja ou se cancela todos os programas de trabalho e se cria outros.

Então, eu estou defendendo exatamente este Destaque ao Artigo 5º ao parágrafo 1º e o inciso I. São dois Destaques em relação aos mesmos temas que eu acabei aqui de me referir.

Então, está encaminhado tanto em relação ao mérito da LOA como aos dois Destaques em relação ao remanejamento.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA A SENHORA DEPUTADA ROSANE FELIX, A CONVITE)

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Felix) - Para discutir, tem a palavra a Deputada Renata Souza.

A SRA. RENATA SOUZA (Para discutir a matéria) - Sra. Presidente em exercício, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, muito importante o debate de hoje que trata essencialmente dos planos do Governo para o Orçamento no próximo ano.

Temos previsto 97,4 bilhões para o Orçamento no exercício de 2023 e isso já é superior em 4,84% se comparado à LOA de 2022.

É importante dizer também que mesmo nós tendo esse acréscimo de quase 5% em comparação à LOA de 2022, houve perdas significativas da arrecadação do Estado diante dos benefícios fiscais dados pelo Governo, que deixou de arrecadar da ordem de 20 bilhões, isso representa um aumento de 119,78% de previsão da LOA de 2022. E o que isso representa concretamente para áreas que são fundamentais no que tange ao Orçamento do Governo e no que tange aquilo que a população espera de investimento? Isso representa que essa peça de ficção apresentada pelo Governador Cláudio Castro a esta Casa, já depõe contra tudo aquilo que deveríamos ter de incremento, por exemplo, na política educacional.

Tivemos, comparado de 2022 para a LOA de 2023, uma perda de 1,42% do Orçamento destinado à Educação. Não só a Educação perdeu, como também a Assistência Social. Exatamente, este Estado do Rio de Janeiro onde temos mais de três milhões de pessoas na linha da pobreza, passando fome, e claro, isso representa 10% daqueles que passam fome no Brasil, porque no Brasil são 33 milhões de pessoas, tivemos aí um decréscimo na assistência social na monta de menos 24,44%, ou seja, redução de um Orçamento que poderia estar salvando vidas, que poderia estar botando comida na mesa da população do Estado do Rio de Janeiro.

Bom, diante de tantas perdas, a única política que teve incremento real do Governador Cláudio Castro é a política pública de Segurança que teve um aumento de 18,13%, ou seja, não tem Educação, não tem Assistência Social, mas, tem tiro de fuzil todos os dias dentro da favela e da periferia, tanto é que esses dados me chamaram muito a atenção quando vamos observar o que representa esse incremento na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, porque ao longo dos anos, já vimos esse acréscimo no Orçamento do Estado, mas, agora, em 2023 fica muito mais evidente, isso representa 15,9 bilhões com aumento de 18% para 2023. E é importante dizer que mesmo com esse aumento que verificamos na área de Segurança Pública, houve somente 0,05% destinado para política de inteligência, informação, para política de perícia, que é fundamental para desvendarem crimes e também para prevenir crimes, ou seja, aposta de novo o Governador das chacinhas, uma política pública de Segurança que aposta no confronto, na guerra e não na prevenção e não é à toa que a letalidade policial é cada vez maior.

Nessa lógica de confronto, não se perdoam sequer moradores dentro das favelas e das periferias nem os agentes das polícias.

Então, nesse sentido, é muito bom ressaltar que esse é o orçamento voltado para o terror nas favelas e nas periferias e não para resolver a questão da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, que já é muito grave.

Então, nesse sentido, quero ressaltar o quanto a inteligência e a informação, enfim, todo aquele caráter científico da segurança pública foi ignorado por esse Governo. Tem aí, de todo o orçamento de 15 bilhões, apenas 8,6 milhões para inteligência, informação e prevenção de crime, ou seja, esse é o Governador. Vai continuar sendo o Governo das chacinhas e das mortes, tanto de policiais quanto de moradores de favela.

Aí, continuando a olhar com lupa o orçamento do Estado do Rio de Janeiro, a previsão orçamentária, vimos aqui um decréscimo em menos 69,39% da política de urbanismo. Vocês aí que estão totalmente prejudicados com as chuvas, com as grandes enchentes, sabemos que chuva é um fenômeno natural, mas não é natural a não aposta, inclusive, em prevenção de catástrofes. Sabemos que a lógica do urbanismo, tudo que tem a ver com prevenção, está perdendo quase 70% de orçamento quando comparamos com o orçamento apresentado em 2022. Não menos importante para vocês que pegam trens e ônibus todos os dias - o caos do transporte no Rio de Janeiro -, em transporte foi reduzido, no orçamento, menos 18,15% previstos para transportes e mobilidade urbana. Seu transporte, que já está ruim, vai piorar porque o Governador cortou quase 19% do orçamento de mobilidade urbana no Estado do Rio de Janeiro.

Saneamento básico, um tema tão importante e fundamental para você, população que está sem água em casa, que não tem acesso à água com dignidade humana, mesmo com a privatização da Cedae, que deu à Águas do Rio plenos poderes para decidir se você vai ter água ou não na sua casa. Foi reduzido aqui, em saneamento básico, menos 2,16% do orçamento, ou seja, estamos na mão desse Governo que aposta na lógica de retirada do mais básico.

Então, educação, como eu já disse; assistência social diante da pobreza, da miserabilidade e da fome no país, em especial no Rio de Janeiro; redução, inclusive, Deputado Waldeck Carneiro, em ciência e tecnologia. Não poderia ser diferente. Um Governo negacionista, que acha que a Terra é plana, claro que teve redução, também, em ciência e tecnologia, com menos 2,73% do orçamento comparado com o ano anterior.

Ou seja, estamos de frente com uma peça fictícia porque, evidentemente, o Governador acaba fazendo o que ele quer com o orçamento, mas só as previsões apresentadas pelo Governo já nos deixam de cabelo em pé porque é evidente que o Governo não aposta na superação, na miséria das desigualdades sociais e econômicas no nosso Estado. Muito pelo contrário, ele acirra a possibilidade de maior empobrecimento, de pouco acesso a emprego e renda e a possibilidade de a população participar desse orçamento. Acho que o Governador nunca ouviu falar de orçamento participativo.

Aí, não menos importante, já que está todos os dias nos jornais com escândalos atrás de escândalos, vimos um incremento no Ceperj, alvo de grandes escândalos envolvendo o pagamento de milhões de reais para despesas de pessoal contratado sem nenhuma transparência. O Ceperj terá um orçamento, para 2023, de 122,9 milhões. O que isso representa? Um aumento em 220% comparado ao orçamento de 2020, e não à toa. É por ali que o governador fez a sua campanha e a campanha dos seus afilhados políticos, muitos deles reeleitos para esta Casa.

É por ali também que escoou o dinheiro da venda absurda da Cedae, com a privatização da Cedae, que está deixando a sua casa sem água, em especial na Zona da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro, que está sem água, mas esse dinheiro está escoando para os afilhados políticos do governador do estado.

Tenho aqui em mãos o Destaque de uma Emenda do PSOL que é justamente para trazer transparência aos recursos empenhados no Ceperj. Transparência porque é disso que a população do Rio de Janeiro está precisando.

Já temos uma lógica evidente e absurda de falta de transparência, completamente incontornável nesse momento, eu diria, de uso e malversação do orçamento público, do dinheiro público. Tanto é que Metrôpolis, que tem sido um site importante, divulguem que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro denunciou no dia de hoje, nesta quarta-feira, 14 de dezembro, o Governador Cláudio Castro e 11 aliados por abuso de poder político e econômico em sua campanha ao Governo do Estado.

Reeleito, o governador é suspeito de compra de apoio político e uso da máquina pública para fins eleitorais, ou seja, o Ministério Público está na cola, e esperamos que o próximo procurador a assumir, ou procuradora, possa mexer no que está acontecendo no Ceperj. Afinal de contas, estamos falando de dinheiro público, que está deixando de ser investido em educação, em assistência social, em saúde para melhorar a situação da população do Rio de Janeiro, em especial aqueles e aquelas que sofrem hoje com todo um processo de descaso.

Essa será a Emenda de transparência que defenderemos na Alerj como Destaque no orçamento, mas não só isso. É importante dizer que a bancada do PSOL continua aqui atuante e que, sim, somos oposição não só ao governador do estado, como ao governo do Município da Cidade do Rio de Janeiro, porque uma mentira contada várias vezes pode virar verdade, mas aqueles que a professam a partir de fake News não vão atingir o PSOL porque o PSOL está aqui para fazer aquilo que a população exige que o nosso partido faça, que seja transparente e que lute pela população do Estado do Rio de Janeiro.

Sra. Presidenta, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosane Felix) - Obrigada, Deputada Renata Souza.

Para discutir a matéria, tem a palavra a Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para discutir a matéria) - Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar a Presidente em exercício, a nossa queridíssima Deputada Rosane Felix, e, na figura dela, todos neste parlamento.

Inscreevo-me mais uma vez para a discussão desses dois temas - tanto a LOA quanto o PPA. Já tivemos, em uma primeira oportunidade, a possibilidade de estar nesta tribuna fazendo uma análise dos documentos orçamentários encaminhados pelo Governo do Estado, e hoje resolvi fazer essa análise a partir da minha atuação nas Comissões dentro desta Casa, na de Saúde, de Educação, de Segurança Pública e dos Direitos Humanos, olhando para a assistência social.

Durante as apresentações e os debates promovidos pelas Comissões de Orçamento e de Tributação, no que se refere à apresentação desse tema, agradei-me profundamente perceber que o Governo do Estado estava fazendo um estudo orçamentário, vinculando as suas ações exatamente aquilo que chamamos dos objetivos de desenvolvimento sustentável que foram criados pela ONU, que são em torno de 17, olhando para o ano de 2030, quando eles deverão estar definitivamente implementados.

Quando começamos a examinar as ações dos envolvidos pelo Estado nas rubricas orçamentárias da Saúde, da Educação, da Segurança e da Assistência Social, embora tenhamos que elogiar a iniciativa desse vínculo, o fato é que as áreas de atuação previstas pela ONU e comprometidas pelo Orçamento na sua apresentação, vemos que, efetivamente, essas áreas perderam um volume muito robusto de Orçamento.

Então, eu quero começar aqui pela área da Educação, homenageando Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, e quando vamos correlacionar a revisão do PPA a esses objetivos e vai alçar o objetivo nº 4, que diz: "Assegurar educação de qualidade, na estruturação do PPA", isso é o que diz o Governo, vemos que uma previsão para ampliação da educação integral prevista para 2023 é no valor de R\$16 milhões, isso quer dizer que o Estado retirou dessa rubrica orçamentária, exatamente R\$59 milhões, se compararmos com o ano de 2022.

Quando vamos pensar nas estruturas das 1.232 escolas e pega a rubrica orçamentária denominada ampliação da rede e melhoria da infraestrutura e, também, reequipamento das unidades escolares, e é bom que se diga que um dia sim e outro também temos notícias de escolas do Estado que passam por graves questões de infraestrutura, vamos ver que foram reservadas apenas cinco mil reais para cada unidade escolar.

Então, na verdade, quando pensarmos que a rede pública estadual, que tem 680 mil alunos, 1.232 escolas, vamos ver que com cinco mil reais será impossível investir em melhorias indispensáveis como, por exemplo, melhorias estruturais em salas de aula, biblioteca, pátios, entre outras coisas.

Verificamos também que uma escola sem infraestrutura vai impactar, sem dúvida nenhuma, no processo de ensino, no processo de aprendizagem, sendo, portanto, se olharmos a rubrica elencada pelo próprio Governo, vamos ver que, sem dúvida nenhuma, o resultado disso não pode ser diferente a de uma previsão de um retrocesso na qualidade do ensino ofertado pela rede pública de educação.

Quando pensarmos na rubrica correção fluxo escolar e aí ela está diretamente ligada à área da Saúde, porque nós ainda estamos no sistema pandêmico e o traço concreto da desigualdade se deu, efetivamente, na Educação, em que as crianças passam, entre outras coisas, por uma insegurança alimentar, nós vamos ver que houve um corte de dois milhões e 500 mil.

Portanto, aquilo que era necessário investir agora para cobrir o que foi perdido durante a pandemia, por certo, não haverá uma melhoria na qualidade do ensino e, também, não será possível desenvolver alguns pressupostos para trazer os alunos da rede pública e fazer com que eles possam, de alguma maneira, recuperar esse tempo perdido da pandemia e as péssimas condições de ensino que se deu também durante a pandemia.

Quando vamos pensar na Assistência Social, se pensarmos que o Estado do Rio de Janeiro é o Estado da Federação com o maior número de pessoas abaixo da linha da pobreza, acho que isso está ao nosso livre olhar ao andarmos, não só pelas ruas da nossa cidade, da Capital, mas também olhando por várias cidades do nosso Estado - e aí, nunca é demais lembrar a luta desta Casa, que foi um ato desta Casa para implantar, entre outras coisas, o auxílio emergencial - então, vamos ver que houve uma perda no orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de 54%, se comparado com o ano de 2022.

Ainda olhando para a minha atuação nesta Casa, eu tive o cuidado de verificar a questão da igualdade racial e da liberdade religiosa, porque tivemos uma CPI nesta Casa. Vejo aqui o Deputado Waldeck Carneiro, Deputada Lucinha, Deputada Renata Souza, Deputada Mônica Francisco, Deputada Tia Ju, que estiveram conosco nessa CPI. Só para se ter uma ideia, a previsão do orçamento para esse tema é de R\$ 5mil.

Quando a gente vai para o enfrentamento ao desaparecimento de pessoas, também a previsão é de apenas R\$ 5mil. E aí cito a CPI do Femicídio, que mostrou que por trás de um desaparecimento de mulher pode ter a sua morte. É impossível aceitar que a previsão orçamentária seja de R\$ 5mil.

Quando olhamos para o órgão da sociedade civil, o Conselho Estadual de Direitos da Mulher, embora tenha havido notícias durante a campanha eleitoral de que o Governador do Estado iria implantar a Secretaria de Estado de Política para as Mulheres - e eu serei a primeira a aplaudir-lo, se assim o for -, vemos que o conselho, que é a representação da sociedade civil, perdeu 99,93%, se comparado ao ano de 2022.

E, finalmente, nós tivemos aqui uma Comissão Especial presidida pela Deputada Renata Souza, com a participação também do Deputado Waldeck Carneiro, que tratou do enfrentamento à pobreza. Também houve uma perda de R\$ 479 milhões nessa rubrica.

Então, liberdade religiosa e desaparecimento de pessoas vão receber a bagatela R\$ 5mil; mulheres: organização social, Conselho da Mulher, há uma redução de 99%; combate à extrema pobreza, há uma perda de R\$ 479 milhões.

Quando a gente vai para a área da saúde - plagiando o Deputado Luiz Paulo -, sempre reapresento uma emenda para que a rubrica orçamentária seja individualizada por cada unidade de saúde. Isso nos permitiria acompanhar mais de perto as necessidades daquela unidade hospitalar. Seria bom para todo mundo, em especial para o interior, porque a gente poderia comparar cidades com os mesmos parâmetros, podendo ver o nível de investimento em cada unidade. Aí eu sempre perco essa emenda - eu nunca tenho, lamentavelmente, acolhida essa emenda. Ainda quero lembrar que durante a apresentação do Pacto Rio estávamos na pandemia, e a saúde não foi colocada pelo Governo como uma ação estratégica. Entrou no Pacto Rio a partir de uma emenda de minha autoria.

Vamos à morte por tuberculose. Embora o Estado do Rio de Janeiro seja o terceiro no combate à morte por tuberculose - e temos que aplaudir a iniciativa desta Casa, com a atuação do Presidente André Ceciliano, de ao longo de cinco anos fazer uma doação de R\$ 250 milhões para serem utilizados na rubrica da tuberculose em várias áreas: da habitação, da saúde, da assistência social e do transporte, lamentavelmente, não houve preocupação de incluir qualquer orçamento para essa rubrica do combate à tuberculose.

Então, nós podemos dizer, Deputado Waldeck, que as ações desenvolvidas pelas Secretarias que foram elencadas por mim estão sendo custeadas por esta Casa Legislativa. Se não fosse esta Casa Legislativa, não sei como estaria o atendimento à tuberculose.

Aproveito para fazer um agradecimento e apresentar os meus aplausos ao Fórum Brasileiro de Tuberculose, na figura do Carlos Basílio, pessoa que muito nos ajuda a entender esse fenômeno de tamanho impacto na vida das pessoas, que é a tuberculose. É bom que se lembre que essa mesma rubrica desconsiderou o que prevê o Eixo III dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em que a ONU preceitua que até 2030 os governos deverão acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas. Lembro que muito recentemente esta Casa, também por iniciativa do Presidente André Ceciliano, fez aporte financeiro a um importante hospital universitário do nosso Estado, o Gaffrée e Guinle, entendendo que ele sempre foi uma referência no combate à AIDS.

Concluindo, eu não poderia deixar de falar da minha querida Polícia Civil, sempre em defesa de quem precisa. No que se refere à gestão da frota, embora esta seja infinitamente menor que a da Polícia Militar, o orçamento caiu 66%. É bom que se lembre que o Estado do Rio de Janeiro tem 150 delegacias que precisam minimamente de veículos em boas condições de uso e segurança, não só para os policiais como também para a população. Olhando para o orçamento da Polícia Civil, o mais grave para mim é que de 31 milhões, que foi o valor de 2022, ele caiu para 10 milhões em 2023. E isso nos faz pensar na questão do combate à corrupção. É bom que se diga que a Polícia Civil tem um laboratório de lavagem de dinheiro, já o tinha na minha gestão, entre 2011 e 2014, e aquela meta tão importante de reduzir substancialmente a corrupção e o suborno, e a recuperação dos fluxos financeiros, vai ser impactada, sem dúvida, na medida que você sai de um orçamento de 31 milhões para 10 milhões nessa rubrica.

Encerrando, não falando de flores, como diz a música, verifiquei, assustada e engasgada, que o orçamento da LOA reservou um aporte de 84 milhões para um "campeão de audiência", que é o Ceperj. Não se justifica um órgão estadual cujo presidente foi convidado a se retirar, que tem procedimento no Ministério Público Estadual - e, segundo informação trazida pela Deputada Renata Souza, foi também apresentada uma representação junto ao Ministério Público Federal há pouco -, tenha um aporte de 84 milhões de reais. Nesse sentido, apresentei uma emenda, que também não foi acatada, para que esse valor de 84 milhões fosse direcionado para a ampliação da educação em tempo integral, para a promoção da igualdade religiosa e racial, para um programa de enfrentamento à tuberculose, para o hospital do câncer no norte fluminense - cumprimento aqui o Líder do Governo, Deputado Chico Machado - e, finalmente, para a valorização dos policiais civis. É uma pena que essa emenda não tenha sido acolhida no parecer da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Muito obrigada.